

# Investigar em Museologia

\* Director do Mestrado em Museologia  
da Universidade de Évora

João Carlos Brigola\*

*“Museology is not a science of museums, i.e. institution-centred, (...) a new centre has to be found. We must find the central problem, a phenomenon if possible, and only then shall we start to see the logic in our otherwise chaotic number of centrifugal and centripetal forces. Without that analysis and the results it may bring, we shall continue holding endless discussions on whether museology is a science or not. To tell you the truth, I could not care less. It is simply there.”*

Tomislav Sola, 1992

1. Que o *Boletim da Rede Portuguesa de Museus* tenha considerado oportuno acolher uma reflexão sobre a actividade de pesquisa científica em museologia parece ser, em si mesmo, esclarecedor dos resultados já alcançados na matéria. Não há ainda muitos anos, vários profissionais, incluindo responsáveis pelo sector museológico do Estado, insurgiam-se frequentemente, sem correrem o risco de se verem desmentidos pelos factos, contra a alegada ausência de textos inéditos nesta área disciplinar.

Em Portugal, no rasto do aprofundamento epistemológico ocorrido na museologia mundial a partir dos anos oitenta – alargamento dos conceitos de património e de museu; renovação museológica; emergência do turismo cultural de massas; estatuto universitário das ciências e técnicas do património – os anos noventa abriram portas a um fôlego novo no labor científico. (Cfr. Luis Alonso Fernández, *Introducción a la nueva museología*, Madrid, Alianza Editorial, 2002).

Pese embora o enorme déficit ainda verificável na edição impressa de resultados, sobretudo dos provenientes das dissertações universitárias, afigura-se indiscutível que o ritmo e a qualidade dos estudos se elevaram hoje a um patamar de maior exigência. Esta realidade tem resultado do esforço conjunto das instituições museais, das universidades e da iniciativa empresarial no campo museográfico.

2. Museus com actividade profissional mais estruturada, apesar das conhecidas limitações em recursos humanos especializados nesta função, têm desenvolvido investigação sobre as suas colecções a pretexto da elaboração de sistemas documentais (inventariação e catalogação), e o continuado investimento na organização de exposições temporárias tem motivado a publicação em catálogo de importantes estudos sobre a materialidade e a dimensão histórico-artística ou funcional-simbólica dos objectos, incluindo por vezes os resultados das intervenções de conservação e restauro. Justo será referir o papel desempenhado pela Rede Portuguesa de Museus junto de alguns dos museus com projectos de adesão, incentivando e apoiando a pesquisa documental dos acervos.

Também a história do coleccionismo (coleccionadores e colecções) e das instituições museais tem ocupado um lugar de crescente relevo nas prioridades de investigação, já hoje concretizadas num conjunto de catálogos de evidente qualidade científica, de que destacamos: *D. Fernando II, Rei-Artista; Artista-Rei* (Biblioteca-Museu do Paço Ducal de Vila Viçosa); *António Montês e o Museu de José Malhoa* (Museu de José Malhoa); *Coleccionismo da Família Palmela* (Casa-Museu Dr. Anastácio Gonçalves); *Alfredo Keil* (IPPAR); *Exotica* (Fundação Calouste Gulbenkian); Henri Burnay. De banqueiro a coleccionador (Casa-Museu Dr. Anastácio Gonçalves).

3. A contribuição universitária neste campo deve ser considerada na dupla actividade de docência e de investigação – “Museos y universidades tienen una misión común: la investigación, ya que en principio parece que almacenar, conservar y mostrar es específicamente función del museo, y la docencia (entendida en su concepción general) es de la universidad” (Juan Carlos Rico, *Por qué no vienen a los museos?*, Madrid, Sílex, 2002).

Os programas dos seminários curriculares dos cursos

de pós-graduação e mestrado em museologia – com a sua explícita organização de conteúdos, problemática, metodologia, aparelho conceptual e fontes – são desde logo bons indicadores quer das opções científicas dos seus autores, quer do estado da investigação teórica e documental em cada campo da temática museológica leccionada.

Mas é indiscutivelmente a produção de teses académicas (doutoramento e mestrado) o mais visível dos resultados do trabalho de pesquisa. Produto de recolha efectuada por docentes de vários cursos pós-graduados, o sítio [www.dhis.uevora.pt](http://www.dhis.uevora.pt), da Universidade de Évora, divulga uma lista actualizável de teses, com interesse para a museologia, defendidas por portugueses em universidades nacionais (públicas e privadas) e estrangeiras (Inglaterra e França). Da sua consulta é possível retirar alguns dados significativos: 1. são inúmeras as áreas disciplinares que concorrem afinal para o alargamento e consolidação dos estudos museológicos, com natural relevo para a história da arte mas envolvendo, entre outras, a arquitectura, a história, a economia e gestão, a pedagogia, a antropologia, e as geociências; 2. atendendo às matérias abordadas, contabiliza-se um elevado número (perto de 70%) que se preocupa predominantemente com o 'trabalho profissional de museu', envolvendo as restantes dissertações pesquisa específica sobre a historicidade das colecções e das instituições; 3. tomando em consideração apenas os textos resultantes dos cursos de museologia, a percentagem de teses defendidas por referência ao número de alunos que finalizaram a parte curricular dos cursos é preocupantemente baixo, rondando os 20%; 4. o número total de dissertações elencadas situa-se actualmente próximo das dez dezenas; 5. destas, as que foram já objecto de publicação são em número muito reduzido, constituindo este facto um sério obstáculo à plena aceitação do labor universitário da parte da comunidade museológica nacional.

Algumas das universidades que leccionam esta área disciplinar encontram-se hoje no limiar de um novo ciclo académico e científico, caracterizado tanto

pela apresentação de provas de agregação dos seus doutorados, fundadas em investigação avançada, quanto pela oferta a prazo de cursos de doutoramento destinados a mestres recém graduados, implicando obrigatoriamente a consagração da respectiva área científica formal em museologia, até agora inexistente nas universidades portuguesas.

O expediente adoptado pelas universidades tem sido o de inscrever teses de doutoramento – totalmente inseridas no campo epistemológico da museologia – em áreas nem sempre cientificamente compatíveis quer com a temática abordada, quer até com a formação de base do candidato. Esta situação tem causado evidentes danos à autonomia disciplinar da museologia, mas poderá ser ultrapassada se os responsáveis pelos actuais cursos pós-graduados lograrem estabelecer cursos de doutoramento em rede e com reconhecimento europeu (enquadrados na Declaração de Bolonha, que criou o Espaço Europeu do Ensino Superior) somando competências específicas já estabelecidas e reconhecidas.

4. A consolidação do território museológico tem contado por igual com a crescente prestação da actividade privada, de base empresarial, cujos resultados de investigação aplicada se tornaram insubstituíveis nas actividades quotidianas da vida museológica. Referimo-nos em particular à arquitectura de exteriores e de interiores, ao design gráfico, à climatologia, à luminotecnia, à concepção e execução de suportes expositivos, à segurança e à conservação e restauro.

Nos últimos anos muitos novos profissionais entraram nos museus e nos centros de exposições, contratados para o cumprimento de tarefas concretas em equipa, lado a lado com os profissionais de museu. A crescente complexidade e sofisticação técnica dos meios exigidos pela actual museologia implicou uma diversificação e especialização profissional que o comum dos museus não pode assegurar em permanência. Daqui tem resultado um quadro absolutamente novo, com o qual os museus nem sempre têm sabido lidar, considerando-o

por vezes uma ameaça inquietante: “No decurso das últimas duas décadas, alguns países registaram alterações profundas com a transferência de serviços públicos para sectores privados e comerciais, e com o estabelecimento de organismos especializados ao serviço dos museus. Estas mudanças podem ter um efeito desestruturante numa profissão”. (Geoffrey Lewis, *Introdução ao Código Deontológico do ICOM para os Museus*, 2001).

O permanente alargamento do conceito de museu terá igualmente contribuído para o desconforto com que os profissionais de museus encaram a chegada da iniciativa privada ao meio cultural, porventura receosos com os efeitos devastadores da ‘empresarialização’ neo-liberal aplicada à gestão de espaços museológicos. Julgo, porém, que a linha de demarcação terá de ser a que sabiamente o ICOM traça, ao distinguir entre a prestação dos especialistas exteriores, enquanto consultores ou profissionais, e os que “promovem e comercializam produtos e equipamentos necessários aos museus e aos seus serviços” (*Definição de museu e de profissionais de museu*, Anexo ao Código Dentológico, ICOM, 2001). Certo é que a investigação conduzida por alguns destes sectores profissionais, nomeadamente a da exposição e design, bem como a da conservação e restauro, tem concorrido poderosamente para o vigor técnico do sector, bem patente nas publicações e revistas especializadas. Os profissionais de museus não podem doravante ignorar estes seus novos interlocutores – investigadores universitários e técnicos exteriores – já que o aprofundamento orgânico desta relação parece ser a única e estimulante via de ultrapassagem quer da crise institucional do museu moderno, quer da invocada ‘desestruturação’ da profissão.

5. Subsiste contudo, entre nós, um sério embaraço ao pleno reconhecimento disciplinar da museologia, que vem a ser a ausência de instrumentos de difusão dos conhecimentos junto tanto dos eruditos, quanto do grande público. Reveladora afinal do acanhado meio editorial nacional, mas igualmente da fragilidade da nossa comunidade científica.

Actualmente parece não fazer mais sentido prolongar os animados debates internacionais sobre a cientificidade do discurso museal, tal como ocorreram historicamente durante os anos oitenta e princípios de noventa no seio do Icofom (Comité Internacional para a Museologia), já que o rigor dos métodos e dos conceitos, a transdisciplinaridade dos saberes, e os resultados teóricos e práticos da investigação têm delimitado um território autónomo no seio das Ciências Humanas e Sociais. (Peter van Mensch, *Towards a methodology of museology*, Zagreb, 1992 e *Icofom Study Series*, n.º 4, 1995).

A favor da legitimação científica da disciplina muito têm concorrido – à semelhança de qualquer outra área científica que procura rever-se sempre na espessura temporal do seu discurso – os estudos sobre a própria história da museologia: “la museologia ha come fondamento la storia del museo. (...) La museologia si appoggia alla storia della collezione” (Adalgisa Lugli, *Museologia*, Milão, Editoriale Jaca Book, 1996).

A investigação em história da museologia – pelo menos desde o estudo fundador de J. von Schlosser sobre as câmaras de maravilhas no tardo renascimento (1908) – tem entendido o museu como instituição central da cultura, local onde confluem ideias sobre as sensibilidades, o gosto, o saber científico de uma época, onde se surpreendem as tendências colecionistas dos seus protagonistas, as suas relações com o poder e a sociedade. A história cultural, pela sua vocação em elaborar construções sincrónicas das representações e das imagens de uma ‘cultura unitária’, representa seguramente o instrumento de análise mais adequado para concretizar este programa de pesquisa.

Os resultados deste programa, materializados sobretudo em dissertações académicas e em catálogos, constituem já hoje fundamento suficiente para a elaboração de sínteses compreensivas destinadas aos eruditos e ao grande público, como a de uma imprescindível *História das colecções e dos museus em Portugal*. Ao encontro das hesitações dos investigadores mais judiciosos, talvez seja útil desenhar uma etapa prévia aos estudos de conjunto

que passe pela elaboração de um *inventário sistemático (documental, historiográfico e iconográfico) dos projectos e das realizações museais*, tal como o vem idealizando actualmente uma equipa de investigadores sediados em **várias** universidades e museus.

A produção colectiva de um *Dicionário de Museologia* poderia animar outro projecto de investigação, com uma ambição temática mais lata que o da historicidade disciplinar – pretexto para actualização metódica de conhecimentos, apuramento de conceitos e inventário

de fontes. Envolvendo meios humanos consideráveis, significaria certamente um elemento de coesão intelectual da comunidade museológica.

Uma palavra final de franco optimismo sobre a viabilidade, a breve trecho, destes projectos de investigação. A difusão pública dos seus resultados representarão, estou seguro, a consolidação definitiva de uma área disciplinar que, sobremaneira nos últimos quinze anos, alcançou plena maturidade científica. ■

## Algumas reflexões acerca da definição de programas expositivos: o exemplo do Museu Nacional de Arqueologia

Luís Raposo\*

A procura de campos específicos de afirmação do discurso museal, adentro do entendimento que se tenha da função social dos museus, constitui talvez o **mais** recorrente tema de reflexão museológica da actualidade. O último número do Boletim do ICOM, chama justamente e atenção para este facto, ao salientar a importância do debate acerca do próprio conceito de museu, actualmente em revisão<sup>1</sup>. No nosso país, a mesma problemática encontra-se patente, de forma mais ou menos explícita, no articulado da Proposta de Lei-quadro de Museus, actualmente em apreciação parlamentar.

Nós próprios temos dedicado alguma atenção ao assunto. Confessamo-nos disciplinarmente mais tributários de um saber que “fornece colecções para museus” (a arqueologia), do que do recorte disciplinar que se pretende ter constituído “por dentro dos museus” (a museologia). Mas vivemos profissionalmente, com muito gosto, “o mundo dos museus” há quase trinta anos. Aprendemos pois, e na prática, a construir para nós “o lugar” do museu. E temos defendido, sob diversos prismas, uma perspectiva optimista, sem complexos: a ideia de que o museu continua hoje a ser um instrumento

de mediação cultural singular, insusceptível de com vantagem ser substituído por qualquer outro, dos muitos que o mundo contemporâneo vai produzindo.

A problemática acerca do lugar dos museus na sociedade contemporânea manifesta-se de forma emblemática na questão da prioridade a atribuir às diferentes funções museais. Defendem uns que a função primeira dos museus há-de ser a de preservar as colecções que possuam (conservação); logo depois, as de as enriquecer, através de novas recolhas (incorporação) e de novas leituras (investigação); e só por fim as do exercício da sua acção divulgativa (educação, exposição, publicação, etc.). Opõem outros a ideia de que sem validação social não existem museus e que portanto a sua primeira função deverá ser a da inserção comunitária e captação de públicos (dir-se-ia mesmo, a captação da “opinião pública” ou, pelo menos, da “opinião publicada”), recorrendo para tanto a não importa que artificios educativos e promocionais. O debate do ICOM acima citado espelha bem esta dualidade. Pelo nosso lado, temos sistematicamente tomado posição em defesa de uma concepção exigente e

\* Director do Museu Nacional de Arqueologia (MNA)

<sup>1</sup> “La définition du musée”, *Nouvelles de l'ICOM*, n.º2, 2004.